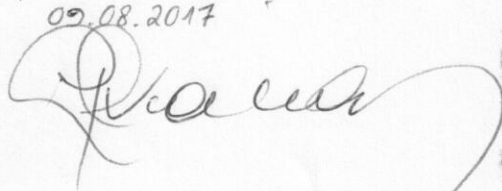


R.H

À Unidade de Apoio Legislativo  
para dividas provincianas.

02.08.2017



Câmara Munic de Pelotas 09-Ago-2017-09:53-005060-1/2

**CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS**

005/2017

**PROJETO DE LEI**

Câmara Municipal de Pelotas Documento Protocolado	
Sob Nº	5060
Em	9/8/17
6.8.8	
Responsável	

SENHOR PRESIDENTE  
SENHORES VEREADORES

**EMENTA:** Inclui o inciso III, no *caput* do artigo 4º da Lei nº 4.428/99, que dispõe sobre a Flora Nativa e Exótica do município de Pelotas.

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 4.428/99 passa a ter a seguinte redação:

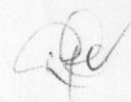
(...)

*Art. 4º A realização de corte ou poda de árvores em vias ou logradouros públicos deverá obedecer critérios técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental municipal e só será permitido:*

*I- ao funcionário habilitado da Prefeitura Municipal;*

*II- ao membro do Corpo de Bombeiros nas ocasiões de calamidade pública e emergência;*

*III- ao particular, mediante apresentação de responsável técnico, autorização prévia do órgão ambiental municipal e comunicação ao referido órgão após a realização do serviço;*



*Parágrafo 1º - Nos locais de domínio privado, o particular deverá, também, efetuar a poda ou a supressão nos termos desta Lei, sendo necessário para tal:*

*I- requerimento por escrito do proprietário do imóvel ao órgão ambiental municipal;*

*II- comprovante de depósito bancário referente ao valor da autorização prévia, conforme tabela estabelecida pelo órgão ambiental municipal;*

*III- autorização prévia do órgão ambiental municipal.*

*Parágrafo 2º - A autorização prévia para a poda e a supressão de que trata esta Lei é documento padrão e específico, emitido pelo órgão ambiental municipal e conterà , sob pena de nulidade:*

*I- o número de espécimes a serem manejadas;*

*II- a localização;*

*III- a data da poda ou supressão;*

*IV- o motivo da supressão ou da poda;*

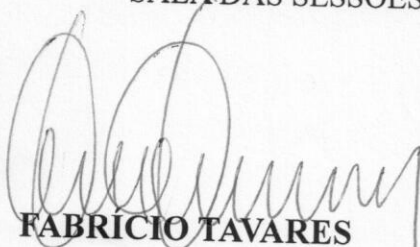
*V- no caso de supressão, o local e quantidade de espécimes a serem plantadas como ato compensatório;*

*Parágrafo 3º - Após efetuado o serviço será realizada uma comunicação a posterior ao órgão ambiental municipal.*

*Parágrafo 4º - As autorizações prévias da qual trata esta Lei ficarão arquivadas no órgão ambiental municipal e comporão o Relatório Anual da Quantidade Ambiental do Município de Pelotas - RAMB.*

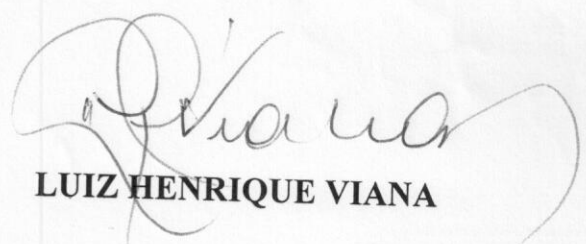
**Art. 2º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES, EM 09 DE AGOSTO DE 2017**



**FABRÍCIO TAVARES**

**Líder da Bancada do PSD**



**LUIZ HENRIQUE VIANA**

**Presidente da Câmara Municipal**

## JUSTIFICATIVA

A presente proposição se justifica, em virtude da grande demanda reprimida de manutenção da flora municipal urbana, que por muitas vezes oferece riscos eminentes à integridade física do munícipe, ao patrimônio público privado, à rede elétrica, ao desenvolvimento de outras plantas e ao desenvolvimento urbanístico do município.

Assim, a permissão para que o próprio munícipe realize a manutenção, mediante a apresentação de responsável técnico e autorização do órgão competente, é medida que visa atender de maneira satisfatória e eficiente à demanda.